

A contemplação como forma política



Por LEON DALAEDOVICK*

A luta por identidades, quando vira mercadoria política, esvazia a luta de classes. O que está por trás da esquerda que gestiona a dor, mas não a transforma?

1.

Vivemos tempos em que a política se converteu em espetáculo e a dor social, em abstração institucional. A esquerda institucional, ao invés de reconstruir a totalidade da vida social, se contenta em mediar burocraticamente as contradições. Em nome da diversidade, da inclusão e do respeito, ela se afasta da luta de classes e se acomoda na aparência da realidade.

É nesse contexto que se impõe a necessidade de uma crítica ontológica – uma crítica que vá além da denúncia moral e da gestão simbólica. Uma crítica que reconstrua a totalidade como horizonte e a práxis como travessia.

Contemplação, aqui, não é passividade. É forma política. É a maneira como a sociabilidade burguesa se expressa na esquerda que se diz progressista, mas que se limita à superfície. Trata-se de uma ação que não atravessa a mediação, que não reconstrói a essência, que não age sobre a estrutura contraditória da formação social.

Como afirma Giovanni Alves: “a ação política que se limita à crítica moral e à gestão institucional da diversidade – incapaz de agir sobre a estrutura contraditória da formação social capitalista”.

Essa forma de ação política abstrai o sujeito da totalidade, abstrai a identidade da exploração, abstrai a contradição da forma mercadoria. Em vez de transformar, contempla. Em vez de organizar, representa. Em vez de romper, acomoda.

A política identitária, quando incorporada pela esquerda institucional como forma de gestão simbólica, rompe com a mediação. Ela transforma a diferença em nicho, em privilégio, em espetáculo. Torna-se performance, não práxis. Torna-se mercadoria, não travessia. Mas a crítica à identidade não é negação da diferença. Ao contrário: é a recusa da abstração que transforma a diferença em forma isolada, descolada da totalidade contraditória da vida social. A identidade, quando não articulada à luta de classes, não emancipa – captura.

2.

O terceiro mandato de Lula, iniciado em 2023, é a expressão mais acabada da contemplação como forma política. Em vez de reconstruir a totalidade, o governo optou por mediar institucionalmente as contradições sociais. Criou ministérios para as mulheres, para a igualdade racial, para os povos originários – mas não construiu nenhuma instância institucional voltada à organização da classe trabalhadora como sujeito político.

Promoveu editais, grupos de trabalho, conselhos consultivos – mas não tensionou o capital, não mobilizou os trabalhadores, não construiu força social. Entre 2023 e 2025, destacam-se ações como grupos de trabalho sobre igualdade salarial, violência política e cuidados – sem qualquer articulação com a crítica à forma capitalista de trabalho.

Editais de formação para mulheres em espaços de poder – voltados à inclusão institucional, não à organização popular. Leis que criam datas comemorativas e conselhos consultivos – que reconhecem, mas não transformam. A política identitária, nesse modelo, não é forma de ruptura – é forma de reprodução. Ela não rompe com a sociabilidade burguesa – apenas a gestiona.

Essa lógica se repete no legislativo. Entre 2019 e 2024, foram apresentados mais de mil projetos de lei relacionados à população LGBTQIAPN+ em câmaras municipais, assembleias legislativas e no Congresso Nacional. A maioria trata de regulação de linguagem neutra, criação de datas comemorativas, cotas em concursos públicos, conselhos de diversidade, contra a discriminação no uso de banheiros.

Nenhum desses projetos articula enfrentamento à exploração, à forma mercadoria ou à subsunção da subjetividade. São abstrações políticas – não mediações revolucionárias. São expressões da contemplação – não da práxis.

A contemplação se revela com ainda mais nitidez quando observamos a omissão diante da violência concreta. Em 2024 e 2025, povos indígenas como os Guarani Kaiowá (MS) e os Pataxó (BA) sofreram ataques armados, expulsões violentas e omissão policial. E o que fez o Ministério dos Povos Indígenas? Participou de fóruns internacionais, publicou metas genéricas, mas não mobilizou ação emergencial, não enfrentou o latifúndio, não protegeu os sujeitos concretos da contradição.

A contemplação institucional não se limita ao Ministério dos Povos Indígenas. O Ministério dos Direitos Humanos, das Mulheres e da Igualdade Racial também operam como gestores simbólicos da dor social. Diante de ataques armados a indígenas, feminicídios em comunidades periféricas e repressão policial em territórios negros, a resposta tem sido limitada a notas públicas, campanhas educativas e acordos protocolares. Não há enfrentamento direto à estrutura de extermínio – apenas mediação burocrática da contradição. A contemplação, aqui, é forma política da omissão.

3.

A emancipação exige mais do que reconhecimento. Exige reconstrução da totalidade. E isso se faz através dos fragmentos – mas contra a fragmentação. Cada luta específica deve ser porta de entrada para a crítica da forma mercadoria, da subsunção subjetiva, da expropriação ontológica. A identidade não pode ser ponto de chegada – tem que ser superada como forma de dominação subjetiva. A práxis exige ruptura ontológica com o capital — não inclusão simbólica em sua lógica.

E é por isso que a crítica revolucionária não é denúncia – é síntese. Não é moralismo – é ontologia.

Síntese, aqui, é o movimento dialético que supera a fragmentação da aparência e reconstrói a essência como totalidade concreta. É a crítica que não se limita à superfície dos fenômenos, mas que atravessa a mediação e revela a lógica estrutural da sociabilidade burguesa. É a recusa da contemplação como forma política e a afirmação da práxis como reconstrução da vida social. É o salto entre o reconhecimento e a ruptura. É o momento em que o sujeito deixa de ser objeto da dor e se torna agente da história.

***Leon Dalaedovick** é pseudônimo de Leoncio da Silva Matos, formado pela Faculdade DIEESE de Ciências do Trabalho.

Referências

ALVES, Giovanni. *A miséria da política no Brasil neoliberal*. São Paulo: Outras Expressões, 2024.

ALVES, Giovanni. *O Estado neoliberal no Brasil*. A Terra é Redonda, 2024. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/o-estado-neoliberal-no-brasil/>. Acesso em: 14 out. 2025.

BRASIL. Ministério das Mulheres. *Edital para formação de mulheres em espaços de poder e decisão*. Brasília: MMulheres, 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202404/governo-lanca-edital-para-formacao-de-mulheres-em-espacos-de-poder-e-decisao>.

BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. *Governo Lula amplia políticas de igualdade racial com ações para quilombolas, povos de terreiro e comunidades tradicionais*. Brasil 247, 2025. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil-sustentavel/governo-lula-amplia-politicas-de-igualdade-racial-com-acoes-para-quilombolas-povos-de-terreiro-e-comunidades-tradicionais>. BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. *Nota sobre violência a comunidades Guarani Kaiowá*. Brasília: MDHC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/nota-violencia-a-comunidades-indigenas-guarani-kaiowa>.

BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. *Agenda indígena supera metas no PPA com destaque para demarcação e gestão territorial*. Brasília: MPI, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2025/08/agenda-indigena-supera-metas-no-ppa-com-destaque-para-demarcacao-e-gestao-territorial>.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (Cimi). *Conselho Pataxó contabiliza violência policial*. Brasília: Cimi, 2025. Disponível em: <https://cimi.org.br/2025/03/conselho-pataxo-contabiliza-violencia-policial/>.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (Cimi). *Justiça avança em processos sobre assassinatos de lideranças indígenas*. Brasília: Cimi, 2025. Disponível em: <https://cimi.org.br/2025/06/justica-avanca-processos-homicidios-contra-indigenas-ms/>.

G1. *Representante dos Guarani-Kaiowá e outros 10 indígenas ficam feridos após serem atingidos por tiros em área de retomada em MS*. Campo Grande: G1 MS, 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2025/10/18/representante-dos-guarani-kaiowa-e-outros-10-indigenas-ficam-feridos-apos-serem-atingidos-por-tiros-em-area-de-retomada-em-ms.ghtml>.

G1. *Índigena é morto e outro baleado em comunidade pataxó na Bahia*. Salvador: G1 BA, 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2025/03/11/comunidade-pataxo-denuncia-morte-de-indigena-no-extremo-sul-da-bahia.ghtml>.

MARX, Karl. *Grundrisse: elementos fundamentais para a crítica da economia política*. Tradução de Mario Duayer e Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

OBSERVATÓRIA. *Levantamento de projetos de lei LGBTQIAPN+ no Brasil*. Revista Fórum, 2024. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/lgbt/2024/11/12/mais-de-340-projetos-de-lei-anti-lgbt-tramitam-no-brasil-mostra-levantamento-169198.html>.

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.
Ajude-nos a manter esta ideia.**

A Terra é Redonda